



## DIALOGANDO GÊNERO, RAÇA E CLASSE PARA O FORTALECIMENTO DO GRUPO DE MULHERES DA ENGOMADEIRA

### **Andréa Lira de carvalho**

Universidade Federal da bahia  
Instituto de Psicologia  
Curso de Graduação em Serviço Social  
Bacharela em Serviço Social  
Grupo de Mulheres da Engomadeira  
R. da Engomadeira, 309 - Engomadeira, salvador -  
ba, 41200-005  
Telefone: (71) 98626-6349  
E-mail: lira.seso@gmail.com

### **Ariadna de Jesus Evangelista**

Universidade Federal da Bahia  
Instituto de Psicologia  
Curso de Graduação em Serviço Social  
Bacharela em serviço social  
Grupo de Mulheres da Engomadeira  
R. da Engomadeira, 309 - engomadeira, salvador -  
ba, 41200-005  
Telefone: (71) 99271-5864  
E-mail: ariadnajevangelista@gmail.com

### **Patricia Vieira de Oliveira**

Universidade Federal da Bahia  
Instituto de Psicologia  
Curso de Graduação em Serviço Social  
Bacharela em Serviço Social  
Grupo de Mulheres da Engomadeira  
R. da Engomadeira, 309 - Engomadeira, salvador -  
ba, 41200-005  
Telefone: (71) 99128-9740  
E-mail: patriciavieriaol@gmail.com

### **Resumo**

Este artigo é fruto do Projeto de Intervenção “Capacitação Comunitária e Criação de Grupo de Trabalho: O Fortalecimento das Mulheres do Bairro da Engomadeira na perspectiva da Economia Solidária”, no qual observa-se a estreita relação do machismo na formação profissional das mulheres, especialmente daquelas que desenvolvem atividades do lar. Resgata, nesse debate, a importância de discussões baseadas no estudo de gênero e raça, sem perder de vista que essas temáticas estão intimamente ligadas à luta de classes na sociedade capitalista, culminando em expressões da questão social, como o distanciamento das mulheres dos espaços públicos, recaindo no desemprego, subemprego, dificuldade ou ausência de capacitação e/ou aprimoramento profissional. Analisa a contribuição da Economia Solidária – EcoSol no enfrentamento dessas questões, visto que colabora para a autonomia das mulheres na geração de renda. Para tanto, apoia-se nas análises de Scott, Saffioti, Badinter, Galeazzi e a legislação acerca da EcoSol.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; Engomadeira; gênero; mulheres.

## Resumen

Este artículo es el resultado del proyecto de intervención "Capacitación Comunitaria y Creación del Grupo de Trabajo: El fortalecimiento de las mujeres del barrio de la Engomadeira en la perspectiva de la Economía Solidaria", su importancia está en la percepción de la influencia del machismo cuando se piensa en la formación profesional de las mujeres, en especial aquellas que desarrollan las tareas domésticas. Retoma el debate acerca de la relevancia del estudio de género y la intersección con la categoría raza, así como las luchas de clases en la sociedad capitalista, expresiones de la cuestión social, así como el alejamiento de las mujeres de los espacios públicos, reincidiendo en el desempleo, el subempleo, la incapacidad o la falta de formación y/o desarrollo profesional. Analiza la contribución de la Economía Solidaria – Ecosol, para la autonomía financiera de la mujer. Para eso se basa en los análisis de Scott, Saffioti, Badinter, Galeazzi y la legislación sobre Ecosol.

**Palabras clave:** Economía Solidaria; Engomadeira; género; mujeres.

## INTRODUÇÃO

Este artigo resultou de uma intervenção realizada na comunidade do bairro da Engomadeira em Salvador, desenvolvido como atividade conclusiva do “Curso de Extensão Educação em Direitos Humanos: Construindo Redes de Educação Cidadã”, promovido pelo Grupo de Pesquisa Educação e Direitos Humanos – GEDH da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Contemplou-se a construção de um trabalho na perspectiva da Economia Solidária – EcoSol, por se perceber, a partir do contato com o Projeto Educação Musical para a Cidadania – PROEMUCI desenvolvido na referida localidade, que as mães das crianças atendidas nesse projeto demonstraram a necessidade de um curso profissionalizante gratuito no bairro, pois algumas já realizam cursos num bairro vizinho, entretanto, nem todas podem participar devido à necessidade financeira em pagar transporte público, além do fato de a sua maioria ter filhos pequenos e se constituir em um público majoritariamente de “cuidadoras do lar”.

O trabalho é baseado na Economia Solidária, considerando a possibilidade de as oficinas de capacitação serem desenvolvidas gradualmente pelas próprias participantes, através da troca de conhecimentos e habilidades na confecção de artesanato, devido à ausência de recursos financeiros para o desenvolvimento do projeto, que se mantém através de doações de materiais pelas integrantes e demais interessados através do conhecimento das atividades realizadas.

O estudo retoma e contextualiza discussões acerca da perspectiva de classes posta na sociedade capitalista, pontuando questões de gênero e raça, além da localização socioespacial, compreendendo que esses aspectos contribuem para os baixos índices de capacitação e acesso dessas mulheres a determinados espaços ocupacionais, abrindo precedentes para discutir os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, influenciados pela divisão social e sexual do trabalho, questões latentes a este público constituído por mulheres negras dentro de um espaço marcado pelas expressões do conflito entre capital x trabalho.

## A INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE

Na dinâmica de uma sociedade capitalista, inserir-se no mercado de trabalho torna-se uma ferramenta imprescindível para atender às condições objetivas de vida. Entretanto, essa mesma ordem societária impõe obstáculos que limitam ou impedem que o indivíduo possa realizar alguma atividade formal remunerada, ser negro, mulher ou pertencer a uma classe social mais baixa são fatores que podem excluir ou delimitar o acesso ao mundo profissional. Todavia, possuir um lugar no mundo do trabalho significa ter armas para enfrentar condições de pobreza e adquirir uma relativa autonomia.

No caminho para o entendimento da história do papel da mulher na família e na sociedade, torna-se imprescindível pensar sobre as questões de gênero. O estudo de gênero está imbricado com a diferença e as particularidades femininas e masculinas, em seus aspectos subjetivo, social e político (Welter *et al*, 2008).

Aqui cabe ressaltar que, segundo Joan Scott (1990, p.86), gênero é uma categoria útil para a análise histórica, definida pela autora como sendo “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Assim, na medida em que as representações de poder vão se modificando, vão se transformando também as relações sociais. Pode-se observar nesse excerto uma aproximação da teoria de Scott ao viés marxista, considerando que a discussão de gênero é caracterizada pela dominação das mulheres em uma sociedade pautada pelas relações de poder, estabelecidas pelo modo de produção do sistema capitalista que legitima a desigualdade (Carvalho, 2016).

Nesta sociedade, as atividades ditas do lar, como lavar, cozinhar, cuidar dos filhos e, conseqüentemente, cuidar dos pais ao envelhecerem, foram e continuam sendo colocadas sob a responsabilidade feminina (Carvalho, 2016).

Lago *et al* (2009) relata que essa naturalização das tarefas femininas se deve à separação das esferas pública e privada, com a divisão social do trabalho, a qual designa atividades específicas para homens e mulheres. Assim, aos homens, eram reservadas a guerra e a política, e, às mulheres, o cuidado com os filhos e a socialização do lar, resquícios do patriarcado. Esse processo foi fortalecido mais ainda com a evolução da burguesia no modo de produção. Nesse cenário, “as funções valorizadas eram as exercidas nos espaços públicos, de decisões políticas, enquanto os trabalhos realizados nos espaços domésticos, privados, foram sempre considerados de menor valor” (LAGO *et al*, 2009, p. 358).

Nesse sentido, Saffioti (1987, p.08) salienta que

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem.

E, de acordo com Tânia dos Santos (2008), além de assumirem a tarefa de cuidado aos dependentes, são as mulheres que habitualmente realizam as tarefas domésticas, pois não importa quantos espaços as mulheres ocupem, o trabalho doméstico será sempre de sua responsabilidade. Segundo o PNAD-

Comunicado IPEA (2010), as mulheres dedicam 30,3 horas semanais a trabalhos domésticos, enquanto os homens realizam atividades domésticas apenas 10,1 horas por semana; nessa medida compreende-se que o cuidado ao familiar, por ser realizado no âmbito doméstico, também será assumido em maior número pelas mulheres.

Esse quadro descortina um cenário preocupante, uma vez que as mulheres realizam atividades no âmbito público e privado, enquanto para o homem se destina apenas o público. Em consequência do acúmulo dessas múltiplas tarefas atribuídas às mulheres, elas sofrem em grande parte com o estresse, cansaço, desgaste físico e emocional. O efeito deste processo de feminilização das tarefas que dizem respeito mais ao cuidado com o outro, é o pouco tempo que resta para que as mulheres cuidem de si (SANTOS, 2003; SILVA, 2007). E tendo pouco tempo para cuidar de si, conseqüentemente, há pouco tempo para se dedicar à capacitação profissional. Posto isso, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres acabam segmentando-as em determinados espaços que não exigem uma formação longa, trabalhos estes vistos socialmente como “precários”.

Esse processo se agrava quando falamos de mulheres negras, uma alternativa de trabalho frequente para as mulheres e principalmente para as mulheres negras são os serviços domésticos, ainda segundo o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - IPEA (2011), 21,8% das empregadas domésticas são mulheres negras, enquanto 12,6% são brancas e 1% são homens. Nesse sentido, percebe-se que

A inserção das mulheres nesta realidade é, no entanto, marcada por diferenças de gênero e raça. Além de estarem menos presentes do que os homens no mercado de trabalho, ocupam espaços diferenciados, estando sobrerrepresentadas nos trabalhos precários. Ademais, a trajetória feminina rumo ao mercado de trabalho não significou a redivisão dos cuidados entre homens e mulheres, mesmo quando se trata de atividades remuneradas, o que pode ser percebido pela concentração de mulheres, especialmente negras, nos serviços sociais e domésticos (IPEA, 2011, p.27).

A questão racial para a compreensão de segregação dos negros ao mercado de trabalho formal nos remete, sem nos delongar no assunto, à transição do sistema escravocrata ao capitalista uma vez que a libertação dos escravos não representou liberdade em sentido amplo, pois estes deixaram de servir às grandes senzalas e não foram inseridos na lógica do trabalho assalariado, para o qual foram trazidos trabalhadores da Europa para vender sua força de trabalho, haja vista, por exemplo, que nesse período iniciam-se estudos desenvolvidos na Escola de Medicina da Bahia e de Recife (cidades de maior concentração de negros refugiados e libertos) na tentativa de embranquecimento da população.

Diante da ausência de postos de trabalho para negros e em vista das necessidades básicas aos seres humanos, a alternativa encontrada, especialmente pelas mulheres, foi o trabalho em residências familiares como domésticas. Essa situação ainda é latente em nosso país, pois apesar dos 128 anos de abolição da escravidão, não há quase nenhuma medida de reparação dos males sociais causados a essa população, iniciando-se há pouco mais de 10 anos timidamente com o acesso à educação superior através da lei de cotas, mas que ainda não é ideal, uma vez que muitos negros não acessam essas ações afirmativas, devido à indisponibilidade de tempo, tendo, algumas vezes, que trabalhar em mais de um local por dia, considerando

os baixos salários que resultam muitas vezes de uma baixa escolaridade – fator agravante na aquisição de cargos de maior prestígio social.

Com o avanço da luta das mulheres por direitos iguais na sociedade, elas conquistaram e vem conquistando os espaços reservados ao mercado de trabalho formal, porém, mesmo desenvolvendo jornada igual aos homens, recebem valores inferiores, além de ser minoria ocupando cargos de liderança e chefia. Nesse aspecto, “os dados da PNAD sugerem que a mudança na inserção social feminina, ao longo das últimas décadas, não transformou as convenções relacionadas aos atributos e, conseqüentemente, às responsabilidades masculinas” (IPEA, 2010), uma vez que na sociedade atual, a divisão do trabalho doméstico praticamente inexistente, especialmente no que tange à aproximação das mulheres com o trabalho na perspectiva da economia solidária, pelo fato de se constituírem em tarefas desempenhadas, na maioria das vezes, em locais próximos de casa e de forma coletiva, o que permite que as funções domésticas continuem sendo realizadas por elas, consistindo-se, então, na criação de uma dupla jornada, que não diminui a desigualdade de gênero.

A reprodução do trabalho imposta às mulheres colabora para a manutenção da lógica capitalista que precisa da sua ocupação no cuidado com os familiares, visando o seu bem-estar para a venda da sua força de trabalho. Portanto, torna-se cada vez mais necessário o desenvolvimento de um olhar e ações críticas no que tange à inserção e/ou ascensão das mulheres no trabalho fora de casa, buscando repensar a divisão sexual do trabalho no que diz respeito principalmente à distribuição dos afazeres domésticos, compreendendo cada indivíduo como ser social, dotado da capacidade de criação e recriação do meio social na perspectiva de uma transformação societária pautada na eliminação das relações de poder, opressão e desigualdades sociais.

Sendo assim, ainda que não seja o ideal, o trabalho com as mulheres da Engomadeira mostra-se como um espaço no qual elas podem desenvolver uma atividade para si, sem sacrificar o cuidado com os filhos e a vida financeira. Nesse ambiente, elas serão protagonistas, uma vez que a função de passar o conhecimento das suas habilidades será delas, o que faz com que assumam os papéis de professora em alguns momentos e em outros o de alunas, gerando um processo dialético de aprendizagem. É importante ressaltar também que, ao construir um grupo coletivo de troca de conhecimentos, essas mulheres encarregam-se de contribuir para a transformação das suas vidas e dos que fazem parte da sua comunidade.

## CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES

Na tentativa de melhor compreender essas mulheres, realizamos entrevistas individuais através de questionário semiestruturado, para identificar o perfil seu sociodemográfico. Os dados coletados vão desde a idade, cor, escolaridade, ao número de filhos, renda familiar e recebimento de benefícios sociais, conforme quadro abaixo.

No intuito de resguardar seus nomes, bem como homenagear grandes mulheres da História do Brasil, vamos identificá-las como: Maria Quitéria, Dandara, Anita e Olga.<sup>1</sup>

De maneira geral, podemos perceber que as mulheres possuem idade entre 20 e 60 anos, identificam-se como pardas e pretas, metade nem completou o ensino médio e a outra metade só concluiu esse período da educação formal; todas são casadas (uma se identifica em união estável), o marido/companheiro é o responsável pelos lares de praticamente todas as entrevistadas (apenas uma se identifica como responsável pelo sustento da família); nenhuma exerce atividades remuneradas fora do domicílio, possuem entre 1 e 2 filhos, e nenhuma possui renda acima de 1 salário-mínimo, sendo que essa renda pode ser atribuída ao recebimento do Programa Bolsa Família – PBF (programa de transferência de renda condicionada do Governo Federal), sendo que apenas uma não recebe o benefício. O grande ponto em comum entre essas mulheres é o fato de não possuírem atividades remuneradas externas ao lar, visto que se dedicam aos cuidados da família, além da baixa escolaridade e do fato de serem pardas e negras.

Individualmente, podemos destacar o caso de Maria Quitéria, que se identifica como responsável pelo sustento da família, apesar de não exercer atividade profissional fora de casa, vivendo em união estável e sendo mãe de dois filhos, provavelmente, a principal (e talvez única) fonte de renda da família é o benefício do PBF, valor, segundo ela, inferior a 1 salário-mínimo.

É possível perceber que a conjuntura econômica imposta pelo sistema capitalista fez com que um incontável número de pessoas aptas ao trabalho fizesse parte do exército industrial de reserva. Como o mercado não possui condições de absorvê-las, estas se encontram em vulnerabilidade social e econômica, pois se encontram abaixo da linha da pobreza. Sendo lhes negado o direito ao trabalho, foi necessário que o Estado ampliasse seu campo de atuação, assumido através dos programas de transferência de renda os aptos e inaptos ao trabalho, isso ocorre, porém, de maneira restritiva e focalizada (OLIVEIRA, 2015).

Os programas de transferência de renda condicionada, como o PBF, estabelecem que os beneficiários devem realizar ações de contrapartida ao recebimento do benefício, são as chamadas condicionalidades. Conforme Oliveira (2015, p. 19) aborda

Enquanto políticas compensatórias, os programas de transferência de renda passaram a ocupar o papel que seria do trabalho assalariado, pois permitem que seus beneficiários acessem, dentro do mínimo necessário, bens de consumo, sendo esta muitas vezes a renda majoritária, senão única dessas famílias.

Portanto, é necessário que não se perca de vista que os programas de transferência de renda e suas condicionalidades podem reforçar e/ou naturalizar o papel imposto pela sociedade patriarcal à mulher, como dona de casa e “esposa-mãe”, através do estereótipo de “cuidadora”, ao vincular à “mulher-mãe” a responsabilidade pelo benefício, bem como pela assiduidade dos filhos à escola e a atenção à saúde destes.

No caso de nossas entrevistadas, sua permanência em casa, em detrimento à possibilidade de “trabalhar fora” se deve ao fato de não terem com quem deixar os filhos, o que remete à ausência de serviços públicos, como as creches, atrelado a isso, sua baixa escolaridade dificulta a inserção no mercado de trabalho.

Com o objetivo de tentar mudar essa realidade, as mulheres da Engomadeira apresentaram a necessidade da realização de cursos de capacitação dentro de seu bairro, visto que o local mais próximo em

que esse tipo de curso acontece é no bairro de Pernambués. A frequência exigiria gasto com transporte, que nem todas dispõem, o que corrobora com o pensamento de Carvalho e Pereira (2009, p. 132, 133), os quais afirmam que entre os problemas enfrentados pela população segregada está o fato de não poder arcar com o custo da passagem de ônibus de Salvador, isso limita o deslocamento dessas pessoas, obriga-lhes “a fazer longos percursos a pé” ou mesmo a desistir de empreender nessas ou em outras atividades fora da comunidade.

Além dessas questões, elas pontuaram a preocupação com os filhos, devido à dificuldade de não ter a quem atribuir os seus cuidados. É importante destacar que as mulheres aqui apresentadas são, em sua totalidade, cuidadoras do lar, o que conseqüentemente as fez abdicar de uma possível capacitação profissional ou mesmo do aprimoramento e desenvolvimento de suas atividades.

Tendo como premissa a solidariedade, uma vez que o grupo não conta com recurso financeiro, estaremos em busca de órgãos e/ou instituições que trabalhem com o financiamento de projetos sociais, visando recursos que possibilitem a sua continuidade e o fortalecimento do mesmo. Para isso, trabalharemos na perspectiva da Economia Solidária – EcoSol.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA E GÊNERO

A Política Estadual de Fomento à Economia Solidária do Estado da Bahia – PEFES/BA foi instituída no dia 13 de dezembro de 2011, sendo nessa mesma data determinada através da Lei nº 12.368, a criação do Conselho Estadual de Economia Solidária. Em seu Art. 2º, a Lei define a EcoSol como um conjunto de iniciativas que visa organizar a produção de bens e serviços, o acesso e a construção de conhecimento, o consumo e o crédito, tendo em vista os princípios e práticas que lhe são inerentes, a saber:

Princípios – autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, equidade, valorização do meio ambiente, do trabalho humano e do saber local, igualdade de gênero, geração, etnia e credo;

Práticas – autonomia institucional, democratização dos processos decisórios, exercício da atividade econômica em organização autogestionária e coletiva de padrão comunitário e solidário de estruturação e relações sociais, o comércio justo, o consumo consciente, as finanças solidárias e a agregação de finalidades econômica e social (LEI Nº 12.368, de 13/12/2011.).

Segundo o Termo de Referência do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2013), a EcoSol “desenvolve as capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras, valoriza o associativismo, *o trabalho das mulheres*<sup>2</sup> e de outros setores excluídos da sociedade, expressando um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário”. Para que isso ocorra, é de grande importância a maneira com que a comunidade é mobilizada, além do modo como esses conceitos são trabalhados. Podem ser utilizadas “oficinas, encontros e eventos que reúnam cidadãos em torno de questões e problemas comuns com vistas à construção coletiva das soluções” (p.12). Os fomentadores dessas ações são chamados de “Agentes de Desenvolvimento Solidário”, articuladores que mobilizam e animam os demais atores para o

desenvolvimento da EcoSol.

Acerca do Conselho Estadual de Economia Solidária, suas principais atribuições são acompanhar a respectiva Política, facilitar o acesso aos serviços públicos, garantir que os empreendimentos desenvolvidos nessa perspectiva possam participar de licitações públicas, facilitar seu acesso a recursos públicos, acompanhar e avaliar aos programas de fomento, e conforme o Art. 15 § XVIII explana “assessorar, estudar e propor diretrizes de políticas governamentais voltadas ao fortalecimento da economia solidária”.

A Política Estadual de Fomento à Economia Solidária do Estado da Bahia – PEFES/BA estabelece como objetivos em seu Art. 3º, Capítulo II, § V “contribuir para a equidade de gênero, de raça, de etnia e de geração, propiciando condições concretas para a participação de todos”.

Ressaltamos que, além da colaboração para o alcance de maior uma autonomia para essas mulheres, pensando na perspectiva de protagonismo e acesso a espaços públicos, o desenvolvimento do projeto que deu origem a este artigo, está imbricado com as políticas e leis que regulamentam a Economia Solidária na Bahia, de modo a legitimar e colaborar com a expansão dessa iniciativa.

Postas essas questões, não podemos deixar de lado a discussão de gênero presente neste trabalho. Pois, assim como o papel da mulher foi construído socialmente, a formação da representação da maternidade também não foge à regra. O teor divino dado ao ato de gerar um filho surge entre o final do século XVIII e início do XIX. Nesse período, ser mãe torna-se o caminho natural para a mulher e cria-se então uma série de mitos, aos quais associa-se o cuidado com os filhos como uma responsabilidade da mulher, sem que seja visto como trabalho.

A inserção da mulher em grupos de trabalho coletivos, por elas organizados, não é algo atual, pois data de fins do século XIX. Contudo, foi o movimento feminista que possibilitou ter uma melhor compreensão do que se realizava, fazendo perceber que não se tratava apenas de unir “atividades ditas da mulher”, como compartilhar cuidado e buscar uma renda extra para a família. Daqueles grupos de mulheres surgem os embriões para profissionalizar e reconhecer trabalhos “culturalmente femininos na contemporaneidade.” (FLORES, 2014).

Um Empreendimento Econômico Solidário – EES pode trazer diversos impactos na vida dos que trabalham nessa perspectiva, queremos aqui tratar especificamente sob o viés de gênero, tendo em vista o papel dado à mulher dentro da família e do mercado de trabalho pelas óticas patriarcal e capitalista. O atual quadro econômico político, somado à feminização da pobreza, tratada com políticas públicas que engessam a mulher no papel de mãe e cuidadora, obrigando-a a ficar em casa para cuidar da família, justifica o crescimento dos EES.

Por meio de estudo bibliográfico, foram identificadas pesquisas que tratam dessa temática, como Flores (2014) e Van Herk (2011), cujas análises, coadunam com nossa percepção de que as mulheres que optam trabalhar na perspectiva da EcoSol buscam independência econômica em relação aos homens, além de tornar a dupla jornada de trabalho a elas imposta mais branda, possibilitando um equilíbrio e compartilhamento de suas “obrigações”.

Essas autoras apresentam dados catalogados pelo Sistema de Informação em Economia Solidária – SIES, um mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES vinculada ao

MTE. Os dados acerca dos EES datam de dois momentos, 2005 e 2010, numa tentativa de identificar o perfil da EcoSol no Brasil.

Acerca dos dados mapeados pelo SIES, Flores (2014, p. 47) apresenta uma “predominância de homens (56,4%) em relação às mulheres (43,6%)” associados aos EES, a autora pontua que não são trazidas as categorias raça e classe social, sendo assim não há como identificar quantas mulheres negras em vulnerabilidade social estão inseridas nessa pesquisa.

Para Van Herk (2011, p. 56), o grande número de homens se deve ao fato de que os EES, em sua maioria, concentram-se nas atividades agropecuárias que possuem grande presença masculina. Entretanto, a autora também demonstra que nas organizações em que a atividade principal é o artesanato, a participação feminina é maior, contudo, são apenas 17% do total de empreendimentos econômicos solidários mapeados.

Tendo em vista as informações já trazidas sobre a legislação da EcoSol, entende-se que esse deveria ser um espaço de fortalecimento das mulheres, em que desigualdades de gênero não ocorreriam, pois a produção e gestão são coletivas, realizam-se pela responsabilidade compartilhada entre os participantes, sejam os EES compostos apenas por mulheres, homens ou mistas. Segundo Flores (2014), o mapeamento do SIES não possibilita uma investigação mais abrangente, visto que não há um detalhamento ou diversificação de informações sobre as mulheres, ou mesmo um comparativo com os homens, o que dificulta traçar um perfil socioeconômico destas a ponto de identificar se os EES funcionam efetivamente no enfrentamento das desigualdades de gênero.

Por outro lado, os empreendimentos econômicos solidários são espaços em que a voz de todos é igual, permitindo que ali as mulheres sejam protagonistas. Apesar de nessa atual sociedade não serem entendidas como detentoras dos meios de subsistência, a saber, o capital, percebe-se que por meio das atividades solidárias, elas conseguem contestar a divisão social do trabalho, aliando a busca por uma autonomia financeira à escolha pela maneira como flexibilizam o tempo, contudo a prática do cuidado como inerente à mulher, ainda é algo que precisa ser superado, e, se de certa forma os EES propiciam uma redução dessa carga, não a retiram, permanecendo com a “mulher-mãe” e dona de casa esta obrigação.

## NOTAS CONCLUSIVAS

O cotidiano das mulheres é permeado por constante tensão, devido às limitações impostas pela nossa sociedade. Aspectos que envolvem o modo de produção e reprodução do sistema capitalista e da sociedade patriarcal dificultam a capacitação das mulheres, sobretudo das mulheres negras e pobres. Em muitos casos, as mulheres abdicam da vida profissional em detrimento do cuidado com a casa, dos filhos e da família. E estando menos capacitadas, os espaços profissionais a elas destinados são, em sua maioria, os ligados aos serviços de âmbito doméstico.

Na perspectiva de mudar esse cenário, a Economia Solidária surge como uma ferramenta de enfrentamento, uma vez que, possibilita que as mulheres possam desenvolver atividades em espaços e

horários que permitem uma conciliação com o cuidado dos filhos e da família. As atividades relacionadas à Ecosol, em grande número, são de artesanatos e atividades manuais e atuam como um importante espaço de geração de renda e autonomia para as mulheres. Entretanto, é possível perceber que apesar de contribuir, a Ecosol não possibilita que as questões de desigualdade de gênero cessem.

Todavia, na realização do projeto com o Grupo de Mulheres da Engomadeira, pudemos perceber a importância das atividades artesanais na vida dessas mulheres, já que algumas levam seus filhos que também participam das oficinas e relatam como o contato com tais atividades influenciaram positivamente em suas vidas.

Por compreender essas questões, buscamos fomentar e ampliar as discussões do trabalho baseados na Economia Solidária, por meio dos fundamentos da Lei nº 12.368, da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária do Estado da Bahia – PEFES/BA e do Conselho Estadual de Economia Solidária – mecanismos de regulamentação dessa prática na Bahia, reforçando a importância do trabalho coletivo e do respeito à subjetividade dos indivíduos, especialmente das mulheres ali atuantes, reconhecendo o papel fundamental desenvolvido por cada uma, haja vista que em alguns momentos serão alunas e, em outros, coordenadoras de oficinas, desenvolvendo o papel do ensinamento, e, o mais importante, a troca de conhecimentos, refletindo sobre a frase de Blaise Pascal, de que “ninguém é tão sábio que não tenha algo a aprender e nem tão tolo que não tenha algo para ensinar”.

Ressaltamos a importância de discussões com as mulheres, baseadas no estudo de gênero, reconhecendo a importância da mulher na sociedade, sem perder de vista que essa temática está intimamente atrelada à luta de classes na sociedade capitalista, culminando em expressões da questão social como o distanciamento das mulheres dos espaços públicos, recaindo no desemprego, subemprego, dificuldade ou ausência de capacitação e/ou aprimoramento profissional.

Salientamos que o projeto está sendo direcionado de modo a respeitar a subjetividade, a liberdade de expressão e a opinião de cada mulher, além de observá-las como protagonistas. Durante toda a construção e execução do projeto, será possibilitado que essas mulheres, configuradas como “cuidadoras do lar”, possam desenvolver suas habilidades profissionais em local próximo de casa e obter um retorno financeiro sem ter que preocupar-se com quem e/ou aonde deixar seus filhos.

Por fim, conclui-se que a Economia Solidária, mesmo não diminuindo as desigualdades de gênero, contribui para que, dentro de um modo de vida capitalista, as mulheres possam capacitar-se e inserir-se no mercado de trabalho, garantindo renda e autonomia.

Por isso consideramos que o trabalho em questão é de cunho positivo e relevante para a comunidade do bairro da Engomadeira, à medida que estão sendo desenvolvidas oficinas de artesanato, na perspectiva de implantar cursos de capacitação na comunidade, através de talentos ali existentes, fortalecendo as comunidades periféricas no sentido de autovalorização de suas capacidades intelectuais e talentos pessoais e profissionais.

Compreendendo que a reprodução social do trabalho imposta às mulheres colabora para a manutenção da lógica capitalista, que necessita da sua presença no cuidado com os familiares para que estes estejam aptos à venda de sua força de trabalho, torna-se cada vez mais necessário o desenvolvimento de um

olhar e ações que visem à inserção e/ou ascensão das mulheres no trabalho fora de casa, buscando repensar a divisão sexual do trabalho, principalmente na distribuição dos afazeres domésticos, percebendo cada indivíduo como ser social dotado de capacidade de criação e recriação do meio social, na perspectiva de uma transformação societária pautada na eliminação das relações de poder, opressão e desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAHIA. **LEI Nº 12.368 de 13 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Apoio à Implantação de Ações Integradas de Economia Solidária como Estratégia de Promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável Visando a Superação da Extrema Pobreza. **Volume 1 – Termo de Referência**. Brasília/DF. 2013.

CARVALHO, A. L. **Deficiência, proteção social e cuidado: um estudo sobre as mães cuidadoras de filhos com deficiência em situação de dependência**. 2016. 90f. TCC (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. (orgs.). **Como Anda Salvador**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009

COMUNICADO DO IPEA Nº 65: PNAD 2009 – **Primeiras Análises: Investigando a chefia feminina de família**. Instituto sobre os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), 2010.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p. : il.

FLORES, Manoela Donaduce. **As mulheres na Economia Solidária e os Indicadores de Desigualdade de Gênero no Brasil**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS, Brasil, 2014.

GALEAZZI, Irene M. S. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. **Mulher e trabalho**. 2001. Disponível em: < Revistas.fee.tche.br > Acesso em: 15 de maio de 2016.

LAGO, Mara Coelho de Souza et al. **Gênero, gerações e espaço doméstico: trabalho, casa e família**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, Brasil. 2009, v. 19, n. 44, p. 357-366.

OLIVEIRA, P. V. **Programa Bolsa Família: Reflexões sobre possibilidades e entraves para o empoderamento das mulheres beneficiárias em Gameleira/BA**. 45f. TCC (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

PASCAL, B. Disponível em: < <https://pensador.uol.com.br/frase/NTg3NDgz/>>. Acesso em: 06 de setembro de 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, S. M. A. **Idosos, família e cultura**: um estudo sobre a construção do papel do cuidador. 3.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003. p. 15-204.

SANTOS, T. S. Gênero e políticas sociais: novos condicionamentos sobre a estrutura familiar. **Revista SER Social**, Brasília, v. 10, n.22, p.97-128, jan./jun. 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Porto Alegre: Educação e Sociedade, 1990.

SILVA. G. K. **Cuidadores familiares de idosos dependentes**: uma reflexão sobre suas necessidades e os desafios frente às políticas sociais. 2007 Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis-SC, 2007.

VAN HERK, Andréa Costa. **Gênero e Economia Solidária: Um olhar sobre a participação e atuação das mulheres nas organizações do Terceiro Setor**. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, Brasil, 2011.

WELTER, I. et. al. Gênero, maternidade e deficiência: representação da diversidade. In: **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 7 n. 1 p. 98-119. jan./jun. 2008. p. 99-119.

## Notas

<sup>1</sup>Maria Quitéria – baiana, heroína na luta pela Independência do seu estado; Dandara dos Palmares – guerreira, esposa de Zumbi dos Palmares, que lutou para livrar os negros da escravidão; Anita Garibaldi – brasileira, companheira de Giuseppe Garibaldi, a “Heroína de Dois Mundos” lutou em diversas batalhas no Brasil e na Itália; Olga Benário Prestes – alemã, casada com Luiz Carlos Prestes, defendeu o comunismo e lutou pelo fim das desigualdades.

<sup>2</sup>Grifo nosso.